



Processo nº : 10540.000255/2001-16

Recurso nº : 119.154

Acórdão nº : 203-08.867

Recorrente : POSTO PÉ DA SERRA LTDA.

Recorrida : DRJ em Salvador - BA

**PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL – CERCEAMENTO DE DEFESA** – O indeferimento de pedido de perícia não configura nulidade da decisão, por cerceamento do direito de defesa, quando inexistente a necessidade de nova análise técnica da questão. **Preliminar rejeitada.**

**PIS - LIVROS FISCAIS E CONTÁBEIS** – A análise dos livros fiscais e contábeis é idônea a ensejar o lançamento de valores não recolhidos.

**MULTA DE OFÍCIO E TAXA SELIC** – Os consectários do lançamento são devidos quando existente ausência ou insuficiência de recolhimento.

**Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**POSTO PÉ DA SERRA LTDA.**

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos: I) em rejeitar a preliminar de nulidade por cerceamento do direito de defesa em razão de negativa de perícia e de incompetência do auditor autuante; e II) no mérito, em negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 2003.

Otacílio Dantas Cartaxo  
**Presidente**

Francisco Manoel R. de Albuquerque de Silva  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Maria Cristina Roza da Costa, Antônio Augusto Borges Torres, Mauro Wasilewski, Luciana Pato Peçanha Martins, Maria Teresa Martínez López e Valmar Fonsêca de Menezes.

Ausente, justificadamente, o Conselheiro Renato Scalco Isquierdo.

Eaal/cf



Processo nº : 10540.000255/2001-16

Recurso nº : 119.154

Acórdão nº : 203-08.867

Recorrente : POSTO PÉ DA SERRA LTDA

## RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto em face da Decisão n.º 1.790, de 2001, às fls. 345 a 353, proferida pela DRJ em Salvador/BA, que julgou procedente o lançamento atinente à falta de recolhimento da contribuição para o PIS, bem como a aplicação de juros de mora e multa de ofício, pertinentes aos períodos de apuração de janeiro/1995 a fevereiro/1996, abril/1996 a junho/1997 e agosto/1997 a junho/2000, sob os seguintes fundamentos:

- quanto à suscitada preliminar de incompetência do Auditor-Fiscal para realizar auditorias e perícias contábeis, por não ser inscrito no Conselho Regional de Contabilidade, entendeu o d. julgador *a quo* não se verificar qualquer ligação jurídica entre as atividades inerentes ao Fisco e as do profissional de contabilidade, inexistindo impedimento legal ao autuante de efetuar, no exercício de suas funções, auditoria fiscal nos registros da empresa, pois o provimento de seu cargo ocorreu através de concurso público e em conformidade com os ditames legais;

- com relação ao pedido de perícia, a DRJ indeferiu o pleito por considerá-la desnecessária, assim como em virtude de a Recorrente não ter exposto os motivos que a justificassem;

- no tocante à alegação de dupla tributação, em face da suposta inclusão das receitas auferidas com a venda de lubrificantes na conta “mercadorias tributadas”, asseverou a DRJ que o agente autuante utilizou-se dos livros fiscais e contábeis preenchidos pela própria Recorrente, de cuja análise constata-se haver uma conta específica para as vendas de lubrificantes e outra para as vendas de mercadorias tributadas. Do mesmo modo, verifica-se na contabilidade da Autuada que existe uma conta específica para as vendas de querosene, o que torna insubstancial a afirmação da Recorrente de que jamais vendeu querosene; e

- outrossim, a alegada alteração da apuração anual para trimestral, efetuada pelo autuante, não guarda relação com o presente lançamento, visto que a apuração do PIS é mensal e o disposto na IN SRF nº 93/1997 concerne ao Imposto de Renda.

Inconformada com tal decisão, a Contribuinte interpôs, tempestivamente, o presente Recurso Voluntário, às fls. 359/368, no qual alega cerceamento de defesa quando do indeferimento do pedido de perícia, bem como o que segue:

- o Auditor-Fiscal, por não ser inscrito no Conselho Regional de Contabilidade, é incompetente para realizar auditorias e perícias contábeis;



**Processo nº : 10540.000255/2001-16**

**Recurso nº : 119.154**

**Acórdão nº : 203-08.867**

- o montante relativo à venda de lubrificantes já está incluído na conta “mercadorias tributadas”, sobre cujos montantes a contribuição ao PIS já foi recolhida, de tal maneira que a sistemática adotada pela fiscalização configura dupla tributação;

- jamais vendeu querosene, sendo insubstancial a exigência sobre a suposta receita relativa à comercialização de tal produto;

- quanto aos anos-calendário de 1998 e 1999 e ao período de janeiro a junho de 2000, houve vícios na apuração contábil, consubstanciados, respectivamente, na análise dos Livros Razão e Diário sem confrontação com as Notas Fiscais, alteração de regime de apuração de anual para trimestral e obscuridade quanto à base de cálculo adotada;

- não se pronunciou o julgador monocrático quanto ao argumento de que não houve intimação para apresentação de DCTF, devendo ser excluída a multa aplicada pelo fato de tal declaração não ter sido disponibilizada ao Fisco;

- a aplicação da Taxa Selic reveste-se de ilegalidade; e

- a multa, com o advento da Lei n.º 9.298/96, passou a ser de 2% (dois por cento), devendo este percentual ser observado pelo Fisco.

É o relatório.



Processo nº : 10540.000255/2001-16  
Recurso nº : 119.154  
Acórdão nº : 203-08.867

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR**  
**FRANCISCO MAURÍCIO R. DE ALBUQUERQUE SILVA**

O Recurso preenche os requisitos de admissibilidade, dele tomo conhecimento.

Quanto à preliminar de cerceamento do direito de defesa em virtude de indeferimento do pedido de perícia, rejeito-a por entender que não foram trazidos aos autos elementos que efetivamente suscitem dúvidas acerca da legalidade do ato de lançamento, restando, portanto, desnecessário o exame técnico pleiteado.

A alegação de incompetência do ilustre Auditor-Fiscal, em face do não credenciamento junto ao Conselho Regional de Contabilidade, por seu turno, é desprovida de amparo legal, haja vista que a mencionada autoridade foi revestida no cargo que ocupa por atender aos requisitos exigidos pela legislação para tanto. Igualmente rejeito tal alegação.

No mérito, cumpre mencionar que, para a lavratura do Auto de Infração de fls. 10/33, por ser a Contribuinte comerciante varejista de derivados de petróleo, foram excluídos da base de cálculo do PIS os valores relativos às vendas de combustíveis, haja vista que tal recolhimento é efetuado pelas distribuidoras ou refinarias de petróleo, consoante a legislação de regência. Dado isto, o agente fiscal considerou como base de cálculo da Contribuição ao PIS/PASEP o faturamento oriundo de vendas de produtos, cujo recolhimento é de obrigação da Autuada (fls. 11/12).

Assim, no tocante às alegações de obscuridade da base de cálculo, bem como de impertinência do lançamento atinente às receitas decorrentes da comercialização de lubrificantes e querosenes, escorreito o entendimento esposado pelo d. julgador *a quo*, ao qual ombreio-me, haja vista que as alegações de contabilização das receitas de venda de lubrificantes na conta “mercadorias tributadas” e de inexistência de operações com querosenes chocam-se com os dados lançados na escrituração da Recorrente.

No que pertine aos alegados vícios na apuração contábil procedida pela ilustre autoridade autuante quanto aos anos-calendário de 1998, 1999 e 2000, entendo serem os argumentos refutados pela minuciosa descrição dos fatos constante às fls. 11/13 e 15/16, a qual demonstra a consonância do procedimento adotado à legislação.

O pleito de exclusão de suposta multa aplicada pela não apresentação de DCTF é infundado, haja vista que não houve tal lançamento. Lançou-se, tão-somente, a multa de ofício, em virtude da realização do ato administrativo de lançamento de ofício do crédito que deveria ter sido declarado e recolhido pela Recorrente.

Por conseguinte, é também infundado o pleito de aplicação do percentual de 2% (dois por cento) no cálculo da multa, com base no art. 52 da Lei n.º 9.298/96, uma vez que tal diploma tão-somente refere-se à multa de mora e não à multa de ofício.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 10540.000255/2001-16

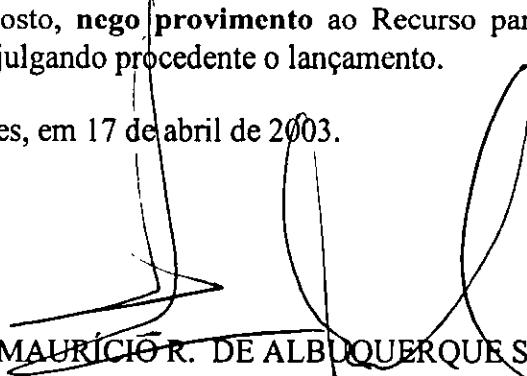
Recurso nº : 119.154

Acórdão nº : 203-08.867

Por fim, em relação à argüição de inconstitucionalidade/ilegalidade da Taxa Selic, não é a esfera administrativa competente para proceder à respectiva apreciação, haja vista restar adstrita ao cumprimento estrito da legislação vigente.

Diante do exposto, nego provimento ao Recurso para manter a Decisão nº 1.790 da DRJ em Salvador/BA, julgando procedente o lançamento.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 2003.

  
FRANCISCO MAURÍCIO R. DE ALBUQUERQUE SILVA